

## A ESCOLA DOS ANNALES (1929-1989): A REVOLUÇÃO FRANCESA DA HISTORIOGRAFIA

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

*Danilo Rodrigues do Nascimento<sup>1</sup>*

O escritor Peter Burke é um historiador inglês, que trabalha com história cultural na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, é doutor pela Universidade de Oxford. Exerceu o cargo de docente na área de História das ideias na School of European Studies, na Universidade de Essex, lecionou ainda nas universidades Sussex (1962), Princeton (1967) e realizou trabalho como professor visitante no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA – USP) (1994-1995). É autor de diversas obras, por exemplo, *O que é história cultural? A escrita da história: novas perspectivas; Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*, entre outras produções.

Esta obra, *A escola dos Annales*, tem como diretriz reconstruir reflexivamente e criticamente o movimento intelectual conectado à revista francesa *Annales*. O historiador Peter Burker usando uma linguagem direta e rigorosa, busca distinguir as três principais gerações de historiadores que teceram o contorno e a consistência a este movimento historiográfico, que é considerado como o ânimo para a chamada “História Nova”. Alguns autores, como Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Duby, Le Goff e Le Roy Ladurie, ganharam notoriedade no processo de “revolução” na historiografia.

O livro foi organizado em cinco capítulos intitulados como: 1) O antigo regime na historiografia e seus críticos; 2) Os fundadores: Lucien Febvre e Marc Bloch; 3) Era de Braudel; 4) A terceira geração; e 5) Os Annales numa perspectiva global. O historiador Peter Burke faz uma imersão histórica e política no contexto dos Annales para destacar, como esta escola trouxe múltiplas contribuições no campo historiográfico, mas também em outras áreas científicas. Assim, ele mostra um estudo sintético e crítico dessas movimentações que a escola dos Annales se propôs.

---

<sup>1</sup>Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Licenciado e Bacharel em História pela Ufac. Atua como professor substituto do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). Atualmente é bolsista CAPES do PPGLI-UFAC, pesquisador do Laboratório de Interculturalidade (Labinter) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac).

Na primeira parte, intitulada “O antigo regime na historiografia e seus críticos”, o autor destaca a importância de Lucien Febvre e Marc Bloch, como líderes “do que pode ser denominado Revolução Francesa da Historiografia” (BURKE, 2011, p.17). Nesse sentido, o texto vai destacando que é necessário conhecermos aspectos do antigo regime na França e o desejo de derrubada deste sistema político para situarmos o início do século XVIII, e a época de Febvre e Bloch como estudantes. Burke continua fazendo referência ao tempo de Heródoto e Tucídides, da qual a história foi escrita sob uma diversidade de formas e gêneros, por exemplo, crônica monástica, memória política, tratados de antiquário, e assim por diante. Porém, a história dominante, nesse período, foi a marcada pelos acontecimentos políticos e militares, conhecida como “a história dos grandes feitos de grandes – chefes militares e reis” (BURKE, 2011, p.17). A primeira evidência de crítica a essa perspectiva de narrativa histórica, segundo Burke, foi no período histórico conhecido como iluminismo.

Assim, no século XVIII, alguns escritores e intelectuais, na Europa e em outros países, começaram a estudar a “história da sociedade”. Essa história buscava um diálogo para além dos eventos políticos e militares, mas procurava-se outros temas e temáticas com as leis, o comércio, a moral, os costumes, assuntos que eram enquadrados de marginais.

Por outro lado, no século XIX, Burke apresenta que a preponderância da história política continuou em alta no cenário historiográfico, pois ainda se difundia, na Alemanha de Karl Lamprecht, a ideia da história política como marca dos indivíduos, e a história econômica e cultural seriam uma história do povo. Nos Estados Unidos, o autor James Harvey Robinson acreditava que a “História inclui qualquer traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou, desde o seu surgimento sobre a terra” (BURKE, 2011, p.20). Deste modo, este capítulo vai fazendo uma contextualização de várias obras e autores no sentido de explicar as continuidades e rupturas da historiografia ao longo dos processos históricos. Na França, Ernest Lavisse apresenta sua perspectiva voltada para os aspectos políticos, apesar de mencionar uma historiografia interdisciplinar.

É preciso destacar, segundo Burke (2011, p.21), que os historiadores profissionais dessa época “estivessem exclusivamente envolvidos com a narrativa dos acontecimentos políticos”. O economista François Simiand apresentou “os ídolos da tribo dos historiadores”, ou seja, o ídolo político – que está relacionado aos aspectos da história política; os fatos políticos, as guerras etc., que caracterizam esses eventos com um grau de importância elevado; o ídolo individual – tem grande ênfase nos grandes homens; o ídolo cronológico – que está relacionado aos estudos das origens. Na contramão dessas ideias de François Simiand, a escola dos Annales se apoia nas ideias de Henri Berr

na direção de diálogos interdisciplinares com a psicologia histórica, que “teve grande ressonância em dois jovens que escreveram para a sua revista. Seus nomes: Lucien Febvre e Marc Bloch” (BURKE, 2011, p.22).

No segundo capítulo intitulado “*Os fundadores: Lucien Febvre e Marc Bloch*”, Burke, apresenta a primeira geração, que foi tecida por dois líderes: Lucien Febvre, um especialista no século XVI, e o medievalista Marc Bloch. Assim, Burke (2011, p.23) destaca que Febvre, em 1897, “foi admitido na Escola Normal Superior, então separada de Paris”. Ele sofreu influência de Paul Vidal de la Blanche, “um geógrafo interessado em colaborar com historiadores e sociólogos. Fundou uma revista, os *Annales de Géographie* (1831), visando a incentivar essa aproximação” (BURKE, 2011, p.24). O professor Lucien Lévy-Bruhl, de filosofia e antropologia, trouxe a contribuição do conceito “pensamento pré-lógico” ou “mentalidade primitiva” para os estudos de Febvre. O historiador da arte, Émile Mâle, “um dos pioneiros a concentra-se não na história das formas, mas nas das imagens, na “iconografia”, como dizemos hoje” (BURKE, 2011, p.24). Nesse sentido, os estudos de Émile Mâle sobre a arte religiosa do século XIII, e publicado em 1898, no mesmo período em Febvre ingressou na Escola. O linguista, Antoine Millet, com seus estudos sobre os aspectos sociais da língua, contribuiu para a história social das línguas e a produção linguística ao longo dos contextos históricos.

O historiador Marc Bloch sofreu influências de Meillet e Lévy-Bruhl. Mas, o sociólogo Émile Durkheim teve uma importância considerável na sua formação. Bloch “pensava no tema sob a perspectiva de uma história problema” (BURKE, 2011, p.26). Nesse sentido, na sua obra *Os Reis Taumaturgos*, na qual o tema versa sobre a fé de que os reis, por meio de uma seleção divina, detinham o poder de cura a partir do seu toque real. Mas, esse livro forneceu uma nova perspectiva para a história política, logo que observa os meandros da monarquia, quando a partir do toque real se percebeu as teias do poder político. Esse trabalho foi importante, porque não se fechava a um tempo convencional, como a Idade Média. Portanto, Bloch propôs o estudo de uma história problema em par com a escritura da longa duração, ou seja, fornecendo a “interdisciplinaridade”, com a psicologia religiosa. Assim, esses estudos trouxeram à tona as temáticas da história da mentalidade, história comparativa e o “estudo de caráter regional” (BURKE, 2011, p.26).

Lucien Febvre, posteriormente a segunda guerra mundial (1 de set. de 1939 – 2 de set. de 1945), desenvolveu um periódico voltado para temas e temáticas relacionadas com a História Econômica, mas ele encontrou obstáculos de efetivação desta revista e o plano foi deixado de escanteio. No ano de 1928, o historiador Marc Bloch retomou a sua ideia de criação de uma revista,

alcançando os objetivos propostos do seu projeto. No primeiro momento da revista o pesquisador belga Henri Pirenne foi convidado para presidir a revista, mas ele não aceitou o convite de Bloch, então Lucien Febvre e Marc Bloch passaram a direção da revista.

Como destaca Burke (2011, p. 32), “logo depois da final da Primeira Guerra Mundial, Febvre idealizou uma revista internacional dedicada à história econômica”. Nesse sentido, essa revista almejava desempenhar uma preeminência nas áreas de História Social e Econômica. Assim, ela seria a grande voz da articulação e difusão dos pesquisadores em torno de uma dimensão nova e interdisciplinar dos estudos históricos. Nos anos de 1930 e 1940, o historiador Lucien Febvre começou a tecer críticas e reflexões “aos especialistas canhestros e empiricistas, além de seus manifesto e programas em defesa de “um novo tipo de história” associado aos Annales” (BURKE, 2011, p.38).

A Segunda Guerra Mundial foi um fator de mudanças, porque breou o desenvolvimento desse movimento, pois “a reação de Bloch, embora já tivesse 53 anos, foi a de alistar-se no exército” (BURKE, 2011, p.38). Neste momento de guerra, Bloch começou a colocar no papel as reflexões sobre os conhecimentos e metodologias históricas. Nesse período, ele produziu algumas obras, por exemplo, Apologia da História ou o ofício do historiador (inacabada, pois Bloch foi preso e torturado pela Gestapo e fuzilado em 16 de junho de 1944), esse livro foi exposto pelo seu filho Étienne Bloch.

O historiador Lucien Febvre, neste contexto da guerra, passou a maior parte do conflito em domicílio na sua casa de campo, escrevendo e produzindo livros e artigos nas temáticas da Renascença Francesa e a Reforma. Como destaca Burke (2011, p. 39) “Le problème de l’incroyance au XVIe siècle: la religion de Rabelais é uma das obras históricas mais fecundas publicadas neste século” e, também o livro *Les Rois Thaumaturges* de Marc Bloch, e o artigo de Lefebvre sobre as multidões, “inspirou a história da mentalidade coletivas, com a qual, a partir dos anos 60, tantos historiadores franceses se preocuparam” (BURKE, 2011, p.39-40).

No período do pós-guerra, um ato importante de Febvre foi a construção e organização de um espaço para tecer sua história, “a VI Seção da École Pratique de Hautes Études, em 1947. Ele tornou-se Presidente da VI seção, dedicada às ciências sociais, e Diretor do Centro de Pesquisa Históricas, uma seção dentro de seção” (BURKE, 2011, p.39-42).

Na terceira parte do livro, Peter Burke destaca “*A era de Braudel*”, mencionando que “quando da criação dos *Annales*, em 1929, Braudel tinha 27 anos. Estudara História na Sorbonne, lecionava história numa escola da Argélia e trabalhava em sua tese. (BURKE, 2011, p.45). A sua tese “O

*Mediterrâneo*” se iniciou como um ensaio diplomático, de perspectiva muito convencional, apesar de ambiciosa. Sua experiência de lecionar por 10 (dez) anos na Argélia, lhe possibilitou expandir seus horizontes histórico. O primeiro artigo feito por Braudel, “tinha por tema a presença dos espanhóis no Norte da África, no século XVI” (BURKE, 2011, p.45), onde mostrava a rotina das guarnições espanhola e retratava o relacionamento entre a história africana e europeia.

Na Segunda Guerra Mundial, Braudel teceu sua tese, que ficou conhecida como O Mediterrâneo. Ele dividiu essa tese em três elementos, onde explica uma perspectiva de passado diferente: apresentando uma noção de história interligada com o homem e ambiente; desenvolvendo assim a dimensão historiográfica da estrutura econômica, social e política, e por fim proporcionando o nosso olhar para história dos acontecimentos. Segundo Burke, “a parte mais tradicional, a terceira, parece corresponder à idéia original de Braudel de uma tese sobre a política exterior de Felipe II” (BURKE, 2011, p.46).

Portanto, essa produção e narração de acontecimentos está distante de ser uma história tradicional, porque busca situar sujeitos e eventos num contexto histórico e geográfico. Assim, a segunda parte se volta para as estruturas históricas, ou seja, economia, Estado, sociedades, civilizações e guerra. Estas histórias têm ritmos de curta, média e longa duração. O ponto importante da obra é a perspectiva da geo-história, isto é, o processo interativo entre a história do homem e o mediterrâneo. Deste modo, Braudel vai descrevendo as montanhas, planícies, litorais e ilhas, climas, caminhos terrestres e marítimos. Nesse sentido, a história dos acontecimentos é marcada pelo diálogo com a geografia, porque há a partir dos aspectos geográficos um estudo dos costumes, mentalidades, economia etc. A grande relevância da obra está na ideia da história total, que almeja a integração entre o econômico, o político, o social e o cultural.

O historiador Braudel lutou contra os métodos quantitativos e as formas de história cultural, constituindo dois importantes movimentos no núcleo da história dos Annales de seu tempo: a história quantitativa e a história das mentalidades. Entre 1950 até 1970, a revolução quantitativa ganhou o campo econômico a partir da História dos preços e logo depois, se conectou com a história social, populacional, cultural e mental. Assim, Burke explicita que Ernest Labrousse trouxe uma importante contribuição para o grupo, pois foi a partir dele que as ideias marxistas começaram a entrar nos Annales. O método estatístico foi implantado, nos estudos, pelo economista Albert Aftalion e François Simiand a empreender um estudo rigoroso e quantitativo da economia francesa do século XVIII.

A terceira geração foi marcada pela ampliação de temas e temáticas voltadas para as mulheres, as crianças, os trabalhadores, entre outras abordagens. “o itinerário intelectual de alguns historiadores dos Annales transferiu-se da base econômica para a “superestrutura” cultural, “do porão ao sótão” (BURKE, 2011, p.80). Assim, nessa geração ocorreu o policentrismo, ou seja, “vários membros do grupo levaram mais adiante o projeto de Febvre, estendendo as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e, mesmo do odor” (BURKE, 2011, p.79).

Diante disso, essa geração foi mais aberta as ideias que chegavam do externo. Nesta direção, esse grupo tentou constituir um diálogo entre Annales e as tendências americanas, como a Psico-história, a nova história econômica, a história da cultura popular e a antropologia simbólica. O historiador Peter Burke, nessa parte do livro, esboça três temas: a redescoberta da história das mentalidades; a tentativa de empregar o método quantitativos na história cultural e a reação a tais metodologias por meio da antropologia histórica e a política.

Nas décadas de 1960 e 1970, o empenho dos historiadores passou da base econômica para as questões culturais, uma crítica contra Braudel e seu determinismo. O historiador Philippe Ariès direcionou o seu olhar para as questões da natureza e cultura (infância da morte), e isso trouxe uma contribuição enorme na consolidação do caminho entre as mentalidades e história social, é preciso ressaltar, que Ariès usou a literatura como fonte. Alguns estudiosos, como Alphonse Dupront, Robert Mandrou e Jean Delumeau buscaram novos domínios e abordagens históricas, por exemplo, Dupront relacionou a história da religião com a psicologia, Mandrou e Delumeau continuaram suas pesquisas voltadas para a cultura popular e bruxaria em interação com a psicologia histórica.

Os pesquisadores Jacques Le Goff e Georges Duby são nomes invocados quando o assunto é ideologia e imaginário social, por exemplo, Le Goff forneceu a partir do livro *La naissance du Purgatoire*, uma perspectiva de transformações das representações da vida depois da morte e Duby apoiado na teoria social neomarxista, voltou-se para a história das ideologias, do imaginário cultural e da reprodução social, buscando interação com a história da mentalidade.

O historiador Lucien Febvre, no artigo *Amiens, da Renascença à Contrarreforma*, destaca a pertinência do estudo-crítico das séries de documentos, na perspectiva da longa duração, com a missão de catalogar as mudanças de maneiras. Portanto, a dimensão estatística alargar-se para observar a história da prática religiosa, a história do livro e a história da alfabetização. Na reflexão crítica da abordagem quantitativa, Burke diz que essa abordagem pode ser criticada, porque a grande problemática está em analisar se as estatísticas são importantes indicadores da alfabetização,

religiosidade ou qualquer coisa que o historiador queira investigar. Deste modo, na década de 1970, existiu uma reação à dimensão quantitativa a partir de três momentos: uma mudança antropológica, um retorno à política e um ressurgimento da narrativa.

A mudança antropológica foi uma virada tecida a partir da mudança para à antropologia cultural e simbólica. Nos períodos de 1970 e 1980, os historiadores dialogavam com termos, por exemplo, "antropologia histórica" ou "etno-história", mas o que chamava a atenção desses pesquisadores foi a "antropologia simbólica", cujos simpatizantes são: Victor Turner, Erving Goffman, Michel de Certeau e Pierre Bourdieu.

Burke destaca que a mais importante crítica à escola tem se constituído a partir de um suposto descuido com relação à política. O historiador Braudel destaca que os eventos políticos e militares são superfícies dentro da conjuntura historiográfica. Todavia, nem todos os integrantes do grupo apresentavam um diálogo com a perspectiva da história política. Assim, os que se dedicaram à política são os historiadores contemporâneos, por exemplo, François Furet, Michel Vovelle, Marc Ferro e Maurice Agulhon.

A mudança de olhar para à política se deu quando se começou a observar a oposição a estrutura e ao que foi intitulado de "cultura política" e ideias e de mentalidades, pelos americanos. Portanto, os estudos de Michel Foucault possibilitaram uma ampliação da "cultura política" a partir da sua nação de micropolítica, a formação de poder no interior da escola, do hospital, das fábricas etc. A dimensão da liberdade humana e os estudos da micro-história teceram uma construção histórica em par com a biografia. O historiador Paul Ricoeur observa, que as obras históricas são narrativas.

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais. (BURKE, 2011, p. 80).

Diante disso, a escola dos Annales trouxe à tona conceitos, abordagens e métodos, que buscam diálogos interdisciplinares entre as ciências em uma ampliação e problematização sobre o objeto pesquisado e estudado. Nesse sentido, esse grupo apresentou uma considerável abordagem entre a Geografia, a Sociologia, a História e a Antropologia. Essas movimentações das gerações

destacam como a história é rupturas e continuidades dentro da produção historiográfica e dos diálogos com as fontes históricas.

Diante disso, consideramos importante mencionar a importância da ampliação dos temas e temáticas do ponto de vista dos Annales. Da mesma forma, ao analisar o processo histórico que resultou nas gerações, é pertinente ressaltar que elas brotaram de uma multiplicidade de fatores (históricos, políticos, econômicos, universitários e culturais). Nessa obra, a tarefa de perceber a produção historiográfica como uma relação dinâmica entre fontes, problematizações e interdisciplinaridade concretiza-se particularmente nas apresentações das gerações dos Annales. Nessas ocasiões, o leitor poderá, por exemplo, compreender a importância da construção histórica no plural, ou seja, pensando questões políticas, religiosas, econômicas, geográficas e antropológica em diálogos interdisciplinares.

*Data de submissão: 29/03/2022*

*Data de aprovação: 18/09/2022*